

MORADIA DAS ELITES NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XXI:

UMA ANÁLISE DOS “CONDOMÍNIOS-CIDADE” DA BARRA DA TIJUCA E DE SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO, NO COTIDIANO E NAS AÇÕES

Rodrigo Cerqueira Aguedaⁱ
Mestrando em Sociologia e Antropologia
PPGSA – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

O crescimento populacional na cidade do Rio de Janeiro no último século gerou transformações significativas nas configurações de moradia das classes altas. A Barra da Tijuca teve protagonismo nesse processo a partir da década de 70, com a oferta de novos modelos de condomínios elitizados, os “condomínios-cidade”, com a promessa de uma alternativa ao caos da cidade. O presente trabalho propõe a investigação desse novo modelo de empreendimento para habitação como forma de repensar as configurações que o espaço assume no Rio de Janeiro contemporâneo, a partir de uma análise das transformações que ele gera nos cotidianos e nas ações, dentro e fora de seus muros.

Palavras-chave: Condomínios, espaço, cotidiano, ação, Barra da Tijuca.

A HOUSING OF THE ELITE IN TWENTY-FIRST CENTURY RIO DE JANEIRO: AN ANALYSIS OF BARRA DA TIJUCA'S “CITY-CONDOMINIUMS” AND THEIR IMPLICATIONS ON SPACE, DAILY LIFE AND ACTIONS

Abstract

Population growth in the city of Rio de Janeiro over the last century has generated significant transformations in upper class housing configurations. Barra da Tijuca played a leading role in this process since the 1970s, with the offer of new models of elite condominiums, the “city-condominiums”, with the promise of an alternative to the city's chaos. The present work proposes the investigation of this new housing development model as a way of rethinking the configurations that the space assumes in contemporary Rio de Janeiro, based on an analysis of the transformations it generates in daily life and actions, inside and outside of its walls.

ⁱ *Endereço institucional:*
Largo São Francisco de Paula, 1 –
Centro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
– 20051-070
Endereço eletrônico:
rodrigoa@umich.edu

Keywords: Condominium, space, daily life, action, Barra da Tijuca.

Introdução

O ritmo de transformação das grandes cidades contemporâneas é de difícil apreensão. As mudanças materiais ocorrem rapidamente e com elas todas as mudanças simbólicas e individualizadas que produzem. A exponents alavancada de “progresso” e urbanização produz o que Ana Fani Carlos chamou de “espaço amnésico”, configurações espaço-temporais onde os referenciais são deixados para trás, e o que percebemos não é a mudança gradual e sim uma mudança por rompimentos, o que “era e não é mais”. (CARLOS, 2017, p. 302). A impossibilidade de acompanhar não apenas com os olhos as transformações, mas de também refletir sobre elas e buscar perceber seus efeitos objetivos e substantivos, tanto na cidade quanto em nós mesmos, nos deixa sempre a um passo atrás. O estudo do fenômeno urbano necessita, porém, que continuemos caminhando, buscando sempre acompanhar de perto as mudanças, pensa-las em relação ao passado, para produzir perspectivas de futuro. A necessidade de atualizar e agregar às discussões, aos termos e aos referenciais é o objetivo que aqui levamos como diretriz.

Nesse anseio de buscar acompanhar cientificamente a transformação à nossa volta, no ritmo muito menos veloz da produção acadêmica (felizmente, talvez), buscamos nesse trabalho pensar sobre um rebatimento espaço-temporal recente e ainda não suficientemente estudado: o fenômeno dos grandes condomínios residenciais na Barra da Tijuca. A emergência do bairro nos anos 70 como nova opção de moradia para classes mais altas se atrelou a importantes aspectos da transformação urbana do Rio de Janeiro, reflexo de um processo global de migração de elites para fora dos centros urbanos densamente ocupados. O crescimento exponencial do bairro nesse meio século é parte incontornável na busca por compreender a produção da cidade carioca e suas transformações urbanas recentes, especialmente o caráter desigual desse processo. Ademais, a especificidade da vida nos grandes condomínios residenciais do bairro, especialmente os que se enquadram no que aqui chamo de “condomínios-cidade”, nos permite refletir acerca da transformação do espaço nes-

ses locais, assim como do cotidiano dentro e fora desses enclaves e as possibilidades de ação que emergem com eles.

O surgimento desse fenômeno da vida em condomínio pode ser encarado por diversos ângulos. Aqui, propomos focar em duas perspectivas analíticas. Primeiramente, cabe refletir sobre os motivos e anseios por trás da gênese do fenômeno: o porque da migração de famílias de classes altas para um lugar “distante”, a possível relação com a violência urbana e com os reflexos do crescimento de áreas mais centrais da cidade, assim como os interesses estatais e imobiliários por detrás desse movimento. Tal reflexão nos revela o conflito de interesses e poderes na produção da cidade pelo lado dos “poderosos”, essencial para se pensar a transformação urbana no Rio de Janeiro. Segundo, a análise do cotidiano nesses espaços pode ser muito útil para se investigar os usos que tais classes, não muito estudadas de perto na academia, fazem da cidade, como a relação com o exterior dos muros do condomínio é alterada por esse novo estilo de vida e de que forma o cotidiano na cidade como um todo se transforma com essa nova configuração. Sob essas duas ópticas, das motivações do fenômeno e do cotidiano que ele constrói, esperamos aqui instigar um debate sobre de que forma podemos repensar o espaço, o cotidiano e a ação nesses novos ambientes, como forma de contribuir para a produção de conhecimento e de questões sobre as transformações urbanas contemporâneas na cidade do Rio de Janeiro.

“Condomínios-cidade”

Ao entrar em desses modernos condomínios, projetados com a mais tenra engenharia urbanística, temos o sentimento pacificador de que enfim encontramos alguma ordem e segurança. Rapidamente nos damos conta de que há ali uma forma de vida na qual a precariedade, o risco e a indeterminação teriam sido abolidos. O espaço é homogêneo, conforme certas regras de estilo. Dentro dele, os lugares são bem distribuídos, as posições estão confortavelmente ocupadas.” (DUNKER, 2015, p. 47)

As grandes metrópoles contemporâneas têm passado por processos que mudam a forma como seus moradores a assimilam. A intensificação de muitos dos traços da cidade moderna “clássica” do século XX transformou os centros urbanos em áreas indesejáveis para muitas camadas da população, especialmente para moradia. A intensificação dos seus estímulos nervosos, devido ao seu ritmo, à quantidade de

interações e à multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social que a vida na metrópole impõe ao homem (SIMMEL, 1967) se torna cada vez mais um fator negativo desses espaços. Alinhado ao rápido e desordenado crescimento em termos de população e à violência urbana se tornando uma das principais preocupações dos moradores, o afastamento das áreas centrais no Rio de Janeiro faz parte dos projetos de muitas pessoas nas últimas décadas. Com a Zona Sul se tornando um espaço praticamente esgotado em termos de áreas de construção para o setor imobiliário e cada vez mais heterogêneo (principalmente com os “indesejáveis” moradores das favelas convivendo nos mesmos espaços que os ricos), a Barra da Tijuca se tornou uma opção para uma moradia afastada dos problemas e perigos da cidade. Não é à toa que a propaganda por uma vida melhor no bairro se utiliza de ideias de oposição à cidade, como possibilidade de segurança, áreas verdes e abertas e tranquilidade. É com esse imaginário que surgem os primeiros empreendimentos de “condomínios-cidade”.

A categoria de moradia que pretendemos aqui utilizar para ponderar acerca das noções de espaço, cotidiano e ação é uma bem específica. Partindo da ideia de condomínio como uma construção onde coexistem pelo menos duas moradias (desde um pequeno prédio ou vila, até empreendimentos de diversos edifícios e casas), o recorte aqui inclui apenas aqueles que trazem em si a ideia de cidade. Ideia que propomos problematizar, a imagem de cidade atrelada a esses empreendimentos diz respeito não apenas ao tamanho, mas a uma ideia de autossuficiência. Nos condomínios em questão, há a oferta de diversos serviços como shopping centers, restaurantes, academia e mercados, assim como amplos complexos esportivos e, inclusive, escritórios e lugares para se trabalhar. Tudo isso contribui na construção de um imaginário de autossuficiência, de que se pode fazer tudo sem deixar o condomínio. Mesmo na ocasião onde deixa-lo é necessária, ônibus privados circulam dia e noite pela cidade, o que de certa forma mantém o morador separado do exterior do condomínio.

O conceito escolhido “condomínio-cidade” diz respeito também à relação que tais empreendimentos têm com o resto da cidade. Pensar a vida nos grandes condomínios residenciais da Barra da Tijuca envolve, incontornavelmente, uma dis-

cussão acerca da ideia e dos imaginários de cidade no século XXI. A relação entre tais empreendimentos e o meio urbano do Rio de Janeiro se define de forma dialética, onde os primeiros são pensados, moldados e vivenciados a partir de um contraponto e uma oposição à cidade, em uma tentativa de criar um distanciamento e uma auto-segregação autossuficiente, ao mesmo tempo que eles constituem um importante fenômeno urbano, criado a partir das representações da cidade e cujos efeitos moldam, em grande parte, o desenvolvimento contemporâneo e as relações cotidianas do Rio de Janeiro. Tanto a oposição à cidade, presente na construção desses condomínios, quanto os efeitos produzidos pelos mesmos na cidade, são constituídos por aspectos práticos e imaginários. A relação entre tais dimensões é também de alta relevância na tentativa de melhor compreender esse fenômeno, o que nos leva a investigar questões como a relação do medo como criação discursiva com os índices de criminalidade, assim como a repulsa à cidade entre os cidadãos de determinado grupo com a forma que ela é trazida pelas imobiliárias como sustentação de um novo modo de vida auto-segregado.

Os “condomínios-cidade” da Barra da Tijuca, então, são empreendimentos que emergem na aposta de um imaginário “anti-urbano”- por mais errôneo que o termo seja - no sentido apenas de se contrapor ao urbano atrelado à vida nos grandes centros, com seus amplos espaços verdes, segurança e homogeneidade. São compostos de muitas moradias (em alguns há a coexistência de casas e prédios, enquanto outros contêm apenas prédios), diversos serviços, opções de lazer e de prática de esportes, assim como um aparato de segurança privada. A separação com seu exterior é sempre demarcada, tanto por artifícios físicos (como grades, cancelas e portões) quanto por meios simbólicos (shopping centers separando o interior do exterior, portais exuberantes sem nenhuma continuação ou diferente pavimentação e sinalização). Se encontram em áreas afastadas de espaços públicos de convivência, normalmente próximos a grandes avenidas e não ruas residenciais, o que dificulta a locomoção a pé para ir e voltar. A diferenciação do espaço interno desses condomínios com os outros espaços da cidade nos faz refletir sobre de que modo a vida no interior desses empreendimentos se difere da vida na cidade de forma mais geral, e como isso nos traz novas perspectivas para se pensar certas categorias.

Sobre esses espaços, assim como Patriota de Moura, estamos interessados nos “micro processos e nas interações cotidianas dentro dos muros dos condomínios, mas também [...] dar conta da produção daqueles espaços e das relações sociais a eles vinculadas que transbordavam os muros e participavam da produção da própria cidade e da vida de seus moradores e empreendedores.” (PATRIOTA DE MOURA, 2012, p. 17).

Espaço

Na tentativa de teorizar sobre as possibilidades de se pensar o espaço a partir das transformações urbanas recentes é necessário, logo de início, “compreender o espaço como uma produção aberta contínua” (MASSEY, 2008, p. 89). Essa noção nos permite compreender no espaço a sua temporalidade, sua multiplicidade e o seu caráter não-teleológico, aspectos essenciais para se pensar a categoria em uma sociedade complexa e contemporânea, onde a produção do espaço está em uma constante e interminável disputa. Esse pressuposto rejeita qualquer procedimento teórico que trate os condomínios ou a vida das elites como algo dado, como algo passivo ou como um fim em si, sendo, portanto, o que garante a validade da contribuição que propomos trazer com este trabalho. Partimos aqui da hipótese de que os “condomínios-cidade” não se tratam de um modelo de organização habitacional como qualquer outro, mas que representam um estágio de desenvolvimento da história da produção desigual da cidade do Rio de Janeiro, carregado de disputas políticas e de imaginários, de projetos e ambições de classe, do Estado e do setor imobiliário, assim como são um reflexo de um fenômeno ainda não plenamente compreendido que vêm tomando forma em muitos dos grandes centros urbanos do mundo. São um reflexo da violência urbana e da desigualdade, moldam e alteram como os agentes se relacionam entre si e com o seu meio, além de serem uma das possibilidades de se pensar alternativas de ação e de futuros possíveis. Como Massey conclui, “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (*Idem*, p. 95).

Motivo de muito debate e de divergentes interpretações, a categoria de espaço aqui utilizada será a definida por Milton Santos como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2012, p. 63). A relação definida por Santos entre sistemas de objetos e sistemas de ações é de importância ímpar para se pensar o espaço dentro dos “condomínios-cidade”, pois nos permite pensar “a materialidade e a vida que a anima” (Idem, p. 62). A discussão em torno das infraestruturas como aspecto-chave para se pensar as dinâmicas urbanas, que vêm ganhando destaque na última década¹, aqui nos dá base para se pensar a materialidade dos condomínios, sua construção e a sua agência nas relações que nos interessam nesse trabalho. A forma com que os agentes interagem com o interior do condomínio e no interior do condomínio, a forma com que suas interações para fora do condomínio são alteradas e a forma com que as pessoas de fora interagem em relação ao condomínio, são os pontos que aqui nos interessam. A aposta que fazemos é que tais relações nos permitem refletir sobre a categoria espaço de uma maneira inovadora, já que os “condomínios-cidade” trazem uma nova dinâmica para se pensar a cidade. Por ser um constante devir, o espaço deve ser sempre analisado em relação às novas conjunturas que se formam, sendo nesse sentido que pretendemos fornecer alguma contribuição, mesmo que apenas na forma de uma sugestão de perspectiva.

Em um primeiro olhar, esses condomínios já apresentam uma diferenciação em termos da paisagem. Fotos da Barra da Tijuca de antigamente mostram uma vasta região de mangue e restinga, uma vegetação baixa que cobria quase todo o seu território. Raras eram as casas e construções, todas baixas e isoladas. Acompanhando tais registros fotográficos em ordem cronológica, começam a surgir, em meio a um terreno plano já num processo de desmatamento e indícios de obras, grandes estruturas de conjuntos de prédios altos, longe uns dos outros e das outras poucas construções, próximos apenas à Avenida das Américas, que na época era cercada por areia e vegetação. Tal transformação, radical na velocidade e no impacto causado na

¹ Ver (VENKATESAN et al, 2017; APPEL et al, 2018) para uma apresentação da discussão acerca da antropologia das infraestruturas.

paisagem, muito nos diz sobre o fenômeno desses condomínios em si. A eclosão desses gigantescos enclaves em meio a uma área até então considerada vazia (já que os pequenos grupos de pescadores e quilombolas não eram o suficiente, aos olhos do Estado, do capital imobiliário e da mídia, para aquela região ser considerada como habitada) é resultado de um plano de urbanização que trás consigo um amontoado de imaginários, de desejos e aspirações. O Plano Piloto para a Baixada de Jacarepaguá (1969) de Lúcio Costa não moldou a construção da Barra da Tijuca sozinho. A transformação do “sertão carioca” na “Miami do Rio”² se deu, antes, pela crescente demanda de locais de moradia afastados da Zona Sul e do Centro pelas classes médias e altas, assim como pela demanda do mercado imobiliário por novas áreas expansão. Ambas estiveram sempre atreladas, uma sendo criada e instigada pela outra. A investigação dessa gênese já indica como a relação do carioca com o espaço da cidade sofreu uma alteração significativa desde a década de 20 até o momento atual, fruto do processo de urbanização. Como a relação com o espaço da cidade muda, o espaço em si também muda, tendo em vista a definição de Santos que usamos como referência.

“A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares” (SANTOS, 2012, p.71). Objetos que ganham forma de maneira tão brusca e que mudam tão abruptamente a paisagem, então, merecem uma atenção especial. A chegada desses enclaves nos alerta para não somente a relação da Barra da Tijuca com a cidade do Rio de Janeiro, mas também para a relação dos moradores com as “muitas cidades” que aqui existem. O Rio perigoso e conturbado se choca com a nostalgia de um Rio sossegado e tranquilo, construindo a esperança e o desejo de uma volta a esse Rio antigo. Essa esperança encontra moradia nos condomínios da Barra.

No trabalho de campo que viemos fazendo no Condomínio Novo Leblon, um dos principais exemplos do modelo de condomínio que buscamos estudar, nos deparamos com uma percepção do lugar que se assemelha em grande parte com a i-

² Tanto “sertão carioca” quanto “Miami do Rio” são termos já utilizados pela mídia para se referir à Barra da Tijuca. O primeiro faz referência ao período anterior ao Plano Lúcio Costa, quando a área era considerada basicamente rural, cunhado pelo Correio da Manhã. O segundo, utilizado principalmente pelo jornal O Globo faz referência ao período atual do bairro, principalmente em relação à orla e ao Jardim Oceânico.

deia que os condomínios tentam se atrelar desde suas criações. A oferta de segurança, espaços verdes e abertos, a separação com o restante da cidade e a tranquilidade aparecem constantemente na fala dos moradores. A preocupação com os locais de socialização dos filhos, assim como o conforto de ter comércio dentro do condomínio e lugares tranquilos para passear são os tópicos mais recorrentes. Outro dado interessante que surge é que muitos dos moradores vieram da Zona Sul carioca, e a nostalgia por uma época mais segura também surgiu com frequência.

Os objetos do condomínio, desde os prédios, as praças e o clube, até as árvores, os carros e shopping centers se diferem dos objetos ao redor da cidade. Talvez não por eles mesmos, mas na forma como se encontram em sistema, o que constituiu o espaço. Os prédios podem ser parecidos com os prédios de outros bairros, mas a sua relação com o entorno e com a segurança não é. Da mesma forma os carros, que são iguais a outros do lado de fora, mas quando dentro do condomínio, fazem parte de um enquadramento diferente. A sua velocidade não é a mesma, da mesma forma que a vigilância que recai sobre ele não é a mesma. A própria rua, com seu asfaltamento diferenciado e a ausência de sinais de trânsito já são em si aspectos que fazem do carro no condomínio um objeto diferente do carro do outro lado do muro. E o mesmo se dá para todos os outros objetos, que funcionam em um ritmo diferente do resto da cidade e que são assimilados de outra forma.

Da mesma forma que os sistemas de objetos se alteram, os sistemas de ações também o fazem. Por estarem indissociáveis, os dois sistemas se modificam mutuamente. As mesmas pessoas que moravam na Zona Sul, agem de forma totalmente diferente por causa desses condomínios. As falas confirmam, mas basta a observação para saber que a forma com que as pessoas usam as praças no Novo Leblon e no bairro do Leblon, por exemplo, é diferente. A forma com que os condomínios alteram as ações e o dia-a-dia dos seus moradores é ainda mais visível do que a forma como os seus objetos alteram a paisagem. Sem contar com as pessoas que não moram lá, que também têm seu dia-a-dia, ações e forma de se relacionar com os objetos da cidade, alteradas pelos condomínios. Os moradores da Zona Sul também alteraram. Talvez não por consequência direta dos condomínios, mas esses representam o porque dessa mudança. A emergência desse novo modelo de condomínio constan-

temente altera a forma como os agentes se relacionam com o meio e entre si, assim como é um reflexo das mudanças que já vinham ocorrendo nas relações entre pessoas, objetos e ações nas últimas décadas na cidade do Rio de Janeiro. Pela perspectiva da gênese do fenômeno, os “condomínios-cidade” são a representação materializada de uma transformação na forma com que o espaço é constituído na cidade, pela alteração significativa tanto nos sistemas de objetos, quanto nos sistemas de ações, que geraram a necessidade de novas organizações habitacionais e do cotidiano para certas classes. Já pela perspectiva do cotidiano nesses lugares, os “condomínios-cidade” criam novos sistemas de objetos e mudam os sistemas de ações, constituindo novas relações práticas e simbólicas associadas à sua existência.

Outro fator que a existência desse modelo de condomínio coloca em cheque é a separação entre o espaço público e o espaço privado. A Barra da Tijuca, como um todo, se caracteriza por poucos espaços públicos de convivência. A necessidade de automóveis para se locomover pelo bairro, assim como a ausência de praças e locais abertos de socialização, atrelada à predominância de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), que vão dos condomínios aos *shopping centers*, faz com que, de certa forma, o espaço “público” se dê em espaços privados. É a “rarefação dos lugares de encontro decorrentes das mudanças na morfologia da metrópole” (CARLOS, 2015, p. 32), que se intensifica conforme a produção do espaço avança como possibilidade fundamental da reprodução capitalista. A mesma propaganda do medo que seduz novos moradores, também atrai frequentadores para esses espaços privados e altamente vigiados e exclusivos dos *shoppings*. Essa passagem do espaço público (como praças, ruas e bosques) para espaços privados como local predominante de socialização coloca novos entraves para se pensar como se relacionam os sistemas de objetos e os sistemas de ações, em espaços cada vez mais segregados. Com São Paulo como modelo, Ana Fani Carlos analisa esse fenômeno:

Por sua vez, o modelo da “cidade do automóvel” produz os espaços vazios da circulação onde o primado do transporte individual se impõe com força revelando as possibilidades da construção da “cidade enquanto circulação”. O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinalou para a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua (é assim que os *shopping centers* se proliferam e tornam-se centros de lazer). O espaço público se esvazia do seu sentido tradicional, lugar onde se desenvolve a vida de relações; agora o umbral da porta de-

fine o limite entre o público e o privado redefinindo modos de “habitar na metrópole. (CARLOS, 2017, p. 305).

A privatização de espaços legalmente públicos é também prática comum no bairro, e característica marcante de muitos dos “condomínios-cidade”. As ruas públicas dos condomínios são altamente vigiadas, têm a entrada controlada por aparatos físicos e simbólicos e são extremamente excludentes. A nostalgia das praças e encontros em espaços abertos ganha novas possibilidades nesses condomínios, já que o público que as frequenta é selecionado por olhares, câmeras e escolta de seguranças armados em motos. A minha presença como pesquisador, armado com uma câmera digital, foi suficiente para que eu fosse impedido de tirar fotos e acompanhado de perto por seguranças privados até o momento da minha saída. Isso em um local de acesso público. Parece que os espaços públicos precisam ser cada vez mais privados para que se tornem passíveis de convivência por certos grupos.

As cidades contemporâneas não são as mesmas metrópoles de Simmel e da Escola de Chicago. A heterogeneidade se tornou um problema, assim como o grande número de interações indesejadas e o ritmo acelerado. Teresa Caldeira classifica o meio urbano dessas cidades como “não-modernos” e “não-democráticos”, por reforçar a desigualdade e as separações. (CALDEIRA, 200, p. 12). Ora, se o meio urbano tem se modificado em direção a outro sentido, é imprescindível que o espaço seja analisado como tal. O tipo ideal da metrópole moderna não condiz com a cidade do Rio de Janeiro, já que a produção desigual da cidade assume novas formas. A relação do sistema de objetos e do sistema de ações em um centro urbano onde todos se esbarram, mantêm um passo acelerado e que tem como plano de fundo buzinas e sirenes, não é a mesma de um condomínio onde “todo dia é Domingo” (idem, p. 266). O espaço como mercadoria reprodutível redefine as relações sociais através das transformações em seu uso, “acompanhado pelas mudanças nas funções dos bairros na metrópole marcados por uma nova relação espaço-tempo” (CARLOS, 2015, p. 27), sendo o caso da Barra e de seus condomínios um claro exemplo. E a melhor maneira de analisar como as ações e os objetos interagem nesse espaço, é pela ótica do cotidiano.

Cotidiano

All we need to do is simply to open our eyes, to leave the dark world of metaphysics and the false depths of 'inner life' behind, and we will discover the immense human wealth that the humblest facts of everyday life contain. (LEFEBVRE, 1991, p. 132).

Investigar o espaço apenas de forma abstrata pode nos esconder algumas de suas dimensões. Seu caráter multidimensional, ao mesmo tempo que nos possibilita uma imersão ampla nas mais diversas realidades do mundo social, pode nos levar a acobertar aspectos práticos e visíveis de sua natureza. Uma solução para fugir de tal descuido e que nos permite trazer elementos práticos para a discussão é a utilização da dimensão do cotidiano como ponto de análise.

Central na investigação do espaço, o cotidiano é produto e produtor da reprodução desigual das metrópoles. Esse desenvolvimento desigual, na chave espaço-temporal que aqui colocamos em destaque, tem no cotidiano seus reflexos mais claros. O espaço, em toda sua complexidade e abrangência enquanto categoria geográfica, pode ocultar muitos dos processos que o envolvem e o constituem. Já o cotidiano, uma de suas dimensões, é um reflexo visível de muitos desses processos, é a porta de entrada para uma investigação acerca dos novos usos, significados e configurações que o espaço adquire no Rio de Janeiro contemporâneo. E é nele que aqui apostamos como ferramenta analítica capaz de ilustrar tais transformações no espaço urbano.

Nas palavras de Heller (2014, p.17) “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro”. Nela tudo está em jogo, todos os sentidos, anseios, desejos. O que está em questão para nós é, no fundo, as pessoas e suas decisões. Assim como Marx já nos chamava atenção de que “os homens fazem sua própria História, mas não o fazem como a querem” (MARX, 1961, p.203), a agência dos atores é essencial para se pensar novos modelos de habitação, de cotidiano, de vida de forma geral. O que faz as pessoas se mudarem para um conjunto de prédios afastados do centro da cidade, para pagar mais caro para morar em ruas públicas, porém cercadas, são projetos de vida. É evidente que tais projetos são consequência de diversos fatores exteriores ao indivíduo,

do momento histórico às relações dos modos de produção, da ideologia à consciência de classe, e assim por diante. O cotidiano, todavia, nos coloca no âmbito intermediário (MARTINS, 2008) entre o senso comum e a interpretação acadêmica, entre a superestrutura e a personificação de suas consequências. Ele é o híbrido, onde é possível, no micro, reconhecer divergentes manifestações do macro. (RIBEIRO, 2005). É no estudo da vida cotidiana, na observação minuciosa do banal do dia-a-dia e do senso comum, que estão os significados compartilhados entre os sujeitos, sem os quais não existiriam interação. (MARTINS, 2008). Nesses significados compartilhados, nesse banal do dia-a-dia, nos “gestos-fio” (RIBEIRO, 2005), que buscamos investigar de que forma o espaço se altera, de que forma ele é assimilado pelos atores, de que forma é possível repensá-lo sob novas perspectivas e contextos.

Um dos principais autores a se debruçar sobre perspectivas de análise do espaço, Henri Lefebvre aposta no cotidiano como dimensão privilegiada para buscar compreender algo tão complexo e repleto de contradições. A elaboração de uma “dialética das tríades” cria a possibilidade de diversas perspectivas, interligadas, de se pensar a produção do espaço. Utilizar o “espaço vivido” como ponto de entrada para pensar o cotidiano nos coloca em condição de se pensar a práxis da produção do espaço, já que os espaços de representação, ou seja, “the space as directly lived through its associated images and symbols, and hence the space of ‘inhabitants’ and ‘users’” (LEFEBVRE, 1991b, p. 39) possibilita se pensar a corporeidade na espacialidade. Como aqui apostamos que a melhor forma de se compreender os fenômenos sociais que ocorrem no espaço é a partir da vida em si, das escolhas e ações das pessoas, é coerente que partamos “from the human point of view”, já que “The ‘meaning’ of a life is not to be found in anything other than the life itself”. (LEFEBVRE, 1991, p. 144).

Quando falamos do cotidiano nos “condomínios-cidade”, estamos tratando de um cotidiano específico. Por mais que haja uma heterogeneidade significativa entre seus moradores quanto à condição financeira – no Novo Leblon, por exemplo, apartamentos de dois quartos com 93m² encontram-se lado a lado com mansões de

três andares com área de 3 mil m²³- tais espaços não são opções de moradia para classes baixas. É necessário distinguir o cotidiano de classes altas do cotidiano das classes mais baixas, principalmente quando tratamos de um fenômeno que tem ligação direta com o medo e com a violência. O estudo da violência e das estratégias que diferentes grupos criam em sua decorrência é uma tarefa que muitos já exploraram, com destaque para o trabalho de Machado da Silva (1993; 2004;) e Michel Misse (1999), tarefa que aqui nos faltaria fôlego para assumir. Cabe destacar, também, que o 'estilo de vida' de condomínio, assim como tais empreendimentos em si, têm se espalhado com uma velocidade considerável nos últimos anos para outras áreas da Zona Oeste, se tornando opção para famílias de classes mais baixas cujos anseios e projetos se assemelham aos dos ricos moradores da Barra.

Se tratando, portanto, das classes média-altas e altas, certas dificuldades surgem. E só de existirem, tais dificuldades já muito nos dizem sobre o fenômeno que aqui nos interessa. Teresa Caldeira (2000) já apontava para os obstáculos de se estudar a vida das classes altas, principalmente em ambientes como os dos condomínios, onde as vidas são interiorizadas e onde um extenso aparato de segurança privada está em constante suspeição de olhares 'externos'. Tais obstáculos podem nos indicar os motivos pelos quais estas classes buscam a vida nos condomínios, sob a ótica da gênese que mencionamos, como a busca por privacidade e segurança, além de uma 'liberdade' condicionada a ter sempre alguém de olho por você. A tranquilidade existe na presunção de que o condomínio está te vigiando, o que não existe na mesma medida no dia-a-dia dos moradores dos bairros nobres da Zona Sul. A troca de uma polícia descredibilizada por uma empresa privada de segurança é também uma marca dessa transformação do cotidiano das elites nas últimas décadas, irônico já que cada vez mais a polícia mostra um tratamento diferenciado entre as classes e entre os CEPs, privilegiando sempre esses mesmos que buscam os condomínios com as suas empresas privadas de vigilância. Importante também pontuar que o descrédito no poder público e a crescente preocupação com a violência urbana têm um outro lado da moeda. Enquanto o capital imobiliário se utiliza disso para vender um

³ Dados baseados em buscas em anúncios de vendas de imóveis no Condomínio Novo Leblon, tanto na internet quanto anunciado no próprio condomínio.

novo modo de habitação – e, com isso, um novo modo de vida – outras forças também atuam, como as milícias, que vêm tomando conta da Zona Oeste dos ‘não-ricos’.

O medo é um dos mais poderosos agentes na produção de mudanças do cotidiano. Ele está associado a fenômenos e acontecimentos reais, mas é objeto de manipulações por diversos setores da sociedade, criando imaginários com efeitos tão reais quanto os próprios fatores que o criam. No Rio de Janeiro, o crescimento estatístico dos crimes e da violência é impulsionado pela mídia e por setores da economia que se beneficiam com isso, como os setores de segurança privada e do mercado imobiliário, ambos extremamente importantes no processo de construção da Barra da Tijuca como alternativa de moradia. As características das grandes metrópoles contemporâneas fazem delas os grandes centros de concentração do medo. A “coincidência e contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes e atrito acentuado” gerado pela densidade da cidade; a “ausência do conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação das relações humanas [...] anônimas, superficiais e transitórias” gerada pelos grandes números da cidade; e a “instabilidade, insegurança” geradas pela heterogeneidade da cidade (WIRTH, 1967, p. 112), fazem com que esses grandes centros urbanos se atrelem a imaginários de lugar perigoso, desconhecido e imprevisível. Em uma pesquisa sobre sonhos, José de Souza Martins (2008) identifica que “quando o cenário do sonho é a rua, no geral o sonhador aparece correndo de algo ou de alguém” e que “lugar público é um cenário de medo” (p. 75). Esse ‘outro estranho’ gera ainda mais medo quando se insere a questão de classe ou de raça na equação. A cidade contemporânea “não-democrática” de Caldeira (2000) é essa em que a heterogeneidade causa repulsa e medo. O cotidiano tranquilo da Zona Sul antiga, do andar da casa até a padaria, praça ou praia, já não é mais o mesmo. Ele existe na “Zona Sul nova” nos condomínios como o Novo Leblon e o Nova Ipanema – não é atoa os nomes – onde a praça, a padaria e até a praia estão perto, e o andar até elas é vigiado e entre ‘iguais’.

A propaganda, não só do medo como das alternativas para ele, foi um fator de extrema relevância na construção do fenômeno dos “condomínios-cidade”. A mídia anunciava o perigo na cidade ao mesmo tempo que anunciava as novas possibi-

lidades na Barra da Tijuca, representando os interesses estatais na urbanização da região assim como o interesse das imobiliárias. “Criança na Baixada de Jacarepaguá terá onde brincar” estampava a manchete do Jornal do Brasil em 1970⁴. Esse exemplo é refletido nas falas dos moradores, que trazem a preocupação com o cotidiano dos filhos como um dos principais fatores responsáveis pela escolha de morar nos condomínios da Barra. No Novo Leblon, por exemplo, existe o colégio Santo Agostinho e o colégio Carolina Patrício, duas instituições de ensino privadas, e o colégio Albert Einstein, colégio público da rede estadual. Os shoppings servem de lugar de socialização e o clube possui todas as atividades esportivas e recreativas para os jovens. A sociabilidade é restrita, os ciclos de amizade se constroem dentro do ambiente do condomínio. É o modo de vida mais distante do ‘desconhecido’ e do ‘imprevisível’.

As imobiliárias não ficam para trás quando o assunto é propaganda positiva desses novos espaços. O lema “viva onde você gostaria de passar suas férias” do condomínio Novo Leblon é um exemplo disso, seguido de uma descrição que começa com “Um paraíso em meio a mais de 500 mil metros quadrados de área” na página inicial de seu site, logo abaixo de sua logomarca, uma imagem uma família ‘tradicional’ – um homem, uma mulher e uma criança- de mãos dadas em uma praia, ao lado de um coqueiro e o sol ao fundo. Os anúncios nos jornais também apelam para esse “novo conceito de moradia”, como mostra Caldeira (2000) analisando os anúncios de condomínios em São Paulo. “Passeio ao ar livre a qualquer hora do dia e da noite volta a ser um prazer plenamente possível e absolutamente seguro no Portal do Morumbi”, “Vá lá e more feliz”, “Playground: dá liberdade segura às crianças e paz aos adultos” e “Desperte o homem livre que existe em você” (p. 266-267) são alguns exemplos de apelo a um novo tipo de cotidiano.

O cotidiano normalmente envolve também o trabalho, e nem sempre é possível fugir do caos da cidade. Mas a tranquilidade do condomínio, a sua auto-segregação protetora também abarca os que trabalham no centro do Rio ou na Zona Sul. Os ônibus exclusivos que todo “condomínio-cidade” possui deixa isso bem claro. Logo ao deixar o espaço do condomínio, os moradores aconchegados em bancos

⁴ “Criança na Baixada de Jacarepaguá terá onde brincar”. Jornal do Brasil, 10/08/1970.

reclináveis, munidos de ipads e wi-fi, passam ao lado das lotadas estações de BRT⁵, onde trabalhadores se amontoam esperando o próximo ônibus que conseguirão lutar para entrar. E assim vão, nos muitos trajetos e horários disponíveis, vendo filmes ou séries, ouvindo música ou dormindo, até seu local de destino. Sem se afetarem pelas buzinas, pelo trânsito e pelo caos do trajeto, esses moradores têm seu cotidiano de trabalho incluído na tranquilidade e segurança oferecidos pelo seu condomínio.

Uma observação do cotidiano dentro desses espaços contribui para a ideia de uma nova configuração do espaço, das relações sociais e do uso da cidade no Rio de Janeiro. Sociabilidades segregadas substituem os encontros de diferentes na cidade moderna. O caminhar devagar nas áreas verdes do condomínio é simultâneo ao trânsito, às ações policiais e ao ‘correr’ do trabalhador. Quando Dunker (2015) fala em “um retorno para a natureza, uma vida com menos preocupação, plena de lazer na convivência entre semelhantes” (p. 47), dificilmente os cariocas, de forma geral se sentiriam contemplados. Mas os poucos que têm o privilégio de morar nesses enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), certamente reconheceriam parte disso em suas vidas. Mesmo sabendo que a urbanização é, e sempre foi, um fenômeno de classe (HARVEY, 2013), a nova configuração territorial e o novo conceito de moradia que o fenômeno dos “condomínios-cidade” trás, nos compele a refletir sobre como essa reprodução da desigualdade interfere nas relações sócias contemporâneas e na democracia em si. Tão reflexão, porém, necessita de uma investigação acerca da ação e de suas reconfigurações nos novos moldes da metrópole.

Ação

O presente trabalho não tem a pretensão de ser uma análise extensiva dos “condomínios-cidade” da Barra da Tijuca, assim como não aspira exaurir todas as possíveis formas e ângulos de se abordar o fenômeno. O que aqui pretendemos é apenas apontar para novas possibilidades de se pensar o fenômeno urbano no Rio de Janeiro, propondo um novo objeto que acreditamos ter o potencial de fornecer a-

⁵ BRT: Bus Rapid Transit. Serviço de transporte público existente do Rio de Janeiro, majoritariamente utilizado por trabalhadores.

vanços significativos aos estudos urbanos sobre espaço, cotidiano, moradia e desigualdade. Portanto, não cabe aqui uma sessão de conclusão ou de considerações finais, afinal, nosso objetivo é de abrir ao invés de fechar, de começar ao invés de acabar. E como sessão final de um trabalho que se propõe ser um começo, discutir a ação, como presente e como possibilidade, nos parece ser uma boa ideia.

Discutir ação é fundamental em qualquer processo em que se almeje mudança. A ação como era, como se tornou e como pode ser é, para além de uma perspectiva analítica de se compreender o espaço, peça fundamental para a materialização das elucubrações. A discussão dos “condomínios-cidade” é a discussão de uma escala, temporal e espacial, de sistemas de ações e sistemas de objetos. Portanto, ao invés de nos debruçarmos apenas nas ações dadas, precisamos pensar também nas possibilidades de ação em escalas, os “teatros de ação rebelde” com que David Harvey (2004) trabalha. A nosso ver, o presente estudo pode ser de grande utilidade principalmente para em termos da tradução, no âmbito de pensar o que desse particular podemos aferir para o universal, tanto do que é dado quanto do que é possível.

Partimos da opinião de que o espaço dos “condomínios-cidade” é conservador. Quando Ribeiro diz que “nessa vida mercantilizada, é vedada, para a maioria, o apaziguamento das tensões sociais através de gastos financeiros, incluindo as tensões que atravessam o ambiente familiar, as relações de vizinhança e a amizade” (RIBEIRO, 2005, p. 415), notamos que os condomínios fazem parte da minoria. A burocratização da estrutura político-administrativa desses lugares – no caso do Novo Leblon, conta com síndicos, comissões diversas, conselhos, coordenadores e representantes junto às entidades externas – atua para o apaziguamento das tensões internas. As tensões externas são resolvidas pela segurança, só chegando aos moradores em exceções, como quando a prefeitura tenta fazer alguma obra que não os agrade.⁶ Portanto, não que não aja ação e engajamento político no condomínio, mas ele se restringe basicamente aos interesses internos. A ideia de cidade atrelada a esses empreendimentos, que discutimos anteriormente, funciona no sentido da ação política também, quando os moradores passam a ser mais agentes das tensões in-

⁶ Parte do terreno do condomínio é constante alvo do mercado imobiliário e da prefeitura. Moradores conseguiram barrar a construção de um posto de gasolina no local, onde hoje existe uma praça.

ternas do que da cidade como um todo, como se sua cidade deixasse de ser o Rio de Janeiro e passasse a ser o condomínio. O que acontece fora lhes interessa muito menos, eles estão vedados de tais problemas. A compra do imóvel e o pagamento do condomínio garantem essa tranquilidade, em um meio urbano de crescente “monetização das relações sociais” (idem, p. 414).

O isolamento e a auto-segregação são outros fatores conservadores no que se refere a ação. A fuga da cidade, dos encontros e da heterogeneidade, mascara os conflitos, o diálogo, a política, apontam para “um novo patamar de realização das relações sociais” (CARLOS, 2015, p. 25). O afastamento dos problemas e do convívio urbano têm colocado as elites cada vez mais alheias ao cotidiano da cidade. Cada vez menos o trânsito é um problema que lhes incomoda, por mais central que ele seja para outros grupos, assim como uma ação policial em uma favela. Um tiroteio no Pavão-pavãozinho afeta – em uma escala muito menor do que dos seus moradores, evidentemente – a vida dos moradores de Ipanema, assim como uma operação na Rocinha pode incomodar os moradores de São Conrado. Nos condomínios da Barra da Tijuca, porém, ninguém será afetado. Sintetizando, a vida nos condomínios da Barra da Tijuca contribui para a formação de ‘múltiplas cidades’, diferentes formas de apreensão da cidade por grupos distintos. Isso faz com que a relação com o espaço urbano seja diferente entre grupos, assim como as demandas, os projetos e as agendas de luta. A separação, tanto física quanto simbólica e de agendas, entre classes faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro. Nas últimas décadas, porém, e atreladas ao fenômeno que aqui propomos investigar, ela tem se intensificado de modo que os espaços se configuram cada vez de forma mais desigual, e a conexão e identificação entre esses espaços distintos se degrada e, com ela a conexão entre os cotidianos e também as ações.

Pensar novas possibilidades de ação significa repensar o cotidiano atual. O cotidiano desigual, onde o de alguns não é alterado pelo de outros apenas contribui para a exacerbação dessa desigualdade, para uma produção cada vez mais desigual do espaço. Os “condomínios-cidade”, pensados pela sua gênese, mostram a busca de certas classes por espaços segregados e homogêneos, assim como uma apropriação privada dos espaços públicos e o esvaziamento dos espaços públicos de convivência

em função de uma predominância da convivência em espaços privados, nos “enclaves fortificados”. Pensados a partir de seu dia-a-dia, tais anseios se refletem em uma “era de desengajamento” (FRIDMAN, 2007, p. 155), onde a separação física é cada vez maior e os problemas da metrópole recaem cada vez mais em cima de apenas uma parcela de sua população. Nos resta retornar a dialética lefebvriana do “impossível-possível” para buscar perspectivas de um futuro onde a ação por um urbano mais igual e dialógico possa existir.

Colocando o “possível no lugar do real” (LEFEBVRE, 1981, p. 279), percebemos que o real é apenas um dos possíveis que se realizou. Existem outros possíveis, ainda impossíveis por não terem se concretizado. Realmente a força do capital imobiliário ao lado da vontade do Estado, sob os recursos das elites, parece ser algo imbatível, principalmente em uma era onde há uma discrepância entre experiências e expectativas (SANTOS, 2007) onde as segundas encontram-se em uma decrescente sem fim. Mas a impossibilidade de se contrapor a tais forças não torna impossível a luta por uma retomada ao espaço público, ao encontro e ao heterogêneo como fundamental na reprodução da vida na metrópole. É nas ações, no cotidiano, que o impossível torna-se possível (Idem, 2002). Como nos lembra Ribeiro, devemos considerar “o urbano como latência, como uma concreção histórica articuladora de passado-presente-futuro(s)” e de “aprender, nos conteúdos da urbanização, os futuros [...] que estão sendo construídos e disputados hoje” (RIBEIRO, 2000, p. 247), referenciando Lefebvre.

Buscar compreender de que forma o fenômeno dos “condomínios-cidade” podem alterar as configurações do espaço na cidade, criando cotidianos cada vez mais desiguais e desconectados onde as ações se tornam mais conservadoras para uns e mais desafiadoras para outros, pode nos fornecer material para intentar elaborações de futuros “impossíveis-possíveis”. Citando Certeau (1998), Ribeiro nos lembra da “necessidade de que a análise sociológica do presente se envolva com o “fazer sociedade: nos momentos (des)importantes do dia-a-dia”. (RIBEIRO, 2005, p. 412). Isso reforça o nosso apelo pela consideração das ações cotidianas desses grupos auto-segregados como relevantes para pleitear uma sociabilidade mais aberta, uma correção do descompasso entre os ritmos do cotidiano do trabalhador no BRT e do

empresário no “frescão”, um retorno da força da esfera pública e da cidade como palco da luta pela emancipação.

Referências

APPEL, Hannah; ANAND, Nikhil; GUPTA, Akhil. **Introduction: Temporality, Politics and the Promise of Infrastructure**. In: *The Promise of Infrastructure*. 2018. Pp.1-38. Durham: Duke University Press. Disponível em: https://www.dukeupress.edu/Assets/PubMaterials/978-1-4780-0018-1_601.pdf

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Espaço-Tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUNKER, Christian Ingo Lens. **Mal-estar, sofrimento e sintonia: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRIDMAN, Luis Carlos. **O destino dos descartáveis na sociedade contemporânea**. In: MELLO, Marcelo Pereira de. (org). *Sociologia e Direito: Explorando as Interseções*. Niretói: PSGSD – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito – Universidade Federal Fluminense, 2007. pp. 149-166.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O direito à cidade**. *Revista Piauí*, nº 82, Julho, 2013. Link: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/#> acessado em 05/08/2019.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 10 ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life**. Vol. 1. London: Verso, 1991 (1947).

_____. **The production of space**. Cambridge: Blackwell, 1991b (1905).

MACHADO DA SILVA, Luis. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Brasília: Sociedade e Estado, v.19, n. 1, 2004. pp. 53-84.

_____. **Violência urbana: Representação de uma ordem social**. Em: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro [e] BARREIRA, Irllys. *Brasil urbano: Cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro, Notrya, 1993. pp. 131-142.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. **Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos**. In: _____ (org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires, CLACSO, 2000. p. 235-250.

_____. **Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set-dez. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SIMMEL, George. **A metrópole e a vida mental** (1902). In: Velho, O. (org) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VENKATESAN, Soumhya; BEAR, Laura; HARVEY, Penny; LAZAR, Sian; RIVAL, Laura; SIMONE, AbdouMaliq. **Attention to infrastructure offers a welcome reconfiguration of anthropological approaches to the political**. *Critique of Anthropology*. Vol. 38, No. 1, 2017. Pp.3-51. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0308275X16683023>

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida** (1938) in: Velho, O. (org), *O fenômeno Urbano*. 1967.

Moradia das elites no Rio de Janeiro do século XXI
Rodrigo Cerqueira Agueda

Recebido em 06 abr. 2019;
aceito em 07 mai. 2019.